

APROPRIAÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICO: AS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS SOBRE LETRAMENTO PARA O REDIMENSIONAMENTO DOS PROCESSOS DE ENSINO- APRENDIZAGEM

Érica Raiane de Santana Galvão ¹
Amanda Dias Dourado²

RESUMO

Os estudos sobre letramento contribuíram significativamente para a concepção atual de alfabetização do Brasil. O letramento consiste em um desenvolvimento de habilidades para utilizar a leitura e a escrita nas práticas sociais e não somente o saber ler mecanicamente. Na concepção atual de alfabetização é defendido que a apropriação do Sistema de Escrita Alfabética precisa estar vinculada às práticas reais de leitura e produção de texto, a fim de que o sujeito possa vivenciar uma aprendizagem significativa não só da notação alfabética, mas também da linguagem que usa ao ler e escrever. Dito isto, o objetivo geral do presente trabalho é discutir sobre o letramento e sua importância na prática pedagógica dos professores alfabetizadores e os objetivos específicos são: a) discutir sobre o letramento e os processos de ensino-aprendizagem; b) discorrer sobre os métodos tradicionais e a concepção atual de alfabetização; c) analisar a importância da utilização das novas concepções sobre como alfabetizar para promover a aquisição do Sistema de Escrita Alfabética. Há uma necessidade de se falar sobre o tema aludido para promover reflexão sobre a importância da perspectiva do alfabetizar letrando. Os resultados apontam que é essencial promover práticas de alfabetização aliadas ao letramento para proporcionar a inserção dos educandos na cultura da escrita. Por conseguinte, alfabetização e letramento são processos diferentes que se complementam e são indispensáveis para a aprendizagem da leitura e escrita.

Palavras-chave: Letramento, Alfabetização, Ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Os processos de ensino visando à alfabetização sempre foram um palco de debates, tanto no meio acadêmico como no meio escolar. Não há um consenso quanto a como alfabetizar. Isso se reflete na prática pedagógica do professor. As práticas de alfabetização vivenciaram e vivenciam uma trajetória de mudanças para garantir o direito ao aprendizado da leitura e da escrita. Diversos estudos na área contribuíram para que estas mudanças acontecessem, entre eles, destacamos a importância dos estudos sobre a Psicogênese, sobre a consciência fonológica

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/UAG, ericaraiane7@gmail.com

² Mestranda de Psicologia Social do PPGPS da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, amandadouradorh@gmail.com

e sobre o letramento, pois contribuíram significativamente para a construção da concepção atual de alfabetização no Brasil.

Entre a segunda metade das décadas de 1980 e 1990 surgem pesquisas e novos estudos no Brasil sobre o letramento, que consiste em um desenvolvimento de habilidades para utilizar a leitura e a escrita nas práticas sociais e não somente o saber ler mecanicamente.

Soares (1998, p. 47) define que:

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado.

De acordo com a autora supracitada, não basta à criança aprender a codificar e decodificar. Ela deve compreender a função da língua e seu uso no contexto social. No processo de aquisição da alfabetização, o letramento envolve a compreensão, o saber lidar com diferentes gêneros.

Referindo-se ao termo “alfabetizado”, a autora explica que “[ele] nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e a escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demanda”. O letramento envolve o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. Desse modo, “letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno” (SOARES, 2003).

Há uma grande reflexão sobre o que ensinar no ciclo de alfabetização. Na década de 1980, as práticas de alfabetização eram baseadas em métodos sintéticos e analíticos, que geravam uma retenção na primeira série de uma boa parte dos alunos. Esses métodos foram amplamente criticados à luz de teorias construtivistas e interacionistas. A prática tradicional diz respeito à aprendizagem do código, desvinculado dos usos sociais da leitura e escrita. Nesse sentido, esses métodos desconsideram a formação do leitor e produtor de textos, ao mesmo tempo em que perpetuam a ideia de um saber doado, no qual o ponto de vista do aluno raramente é levado em consideração (COLELLO, 2004; FERREIRO, 1997).

De acordo com Coutinho (2005, p. 47),

a concepção tradicional de alfabetização priorizava o domínio da técnica de escrever, não importando propriamente o conteúdo. Era comum as crianças terem de copiar escritos que não faziam para elas o menor sentido: “O boi bebe”, “Ivo viu a uva” e tantas outras sem sentido, mas sempre presente em cartilhas e nos textos artificializados criados com o único objetivo de “ensinar a ler e escrever”, pois se

acreditava que se aprendia a ler e a escrever memorizando sons, sílabas e letras. Tudo que era produzido pelos alunos precisava ser controlado: os aprendizes não eram autorizados a produzir livremente e, para escrever qualquer palavra, era preciso que primeiro as crianças conhecessem as letras e famílias silábicas necessárias para escrevê-las.

A autora pontua que, era comum as crianças afirmarem que não podiam ler ou escrever certas palavras, porque a professora ainda não tinha ensinado. Nesse contexto, as escritas espontâneas não eram permitidas, pois as crianças deveriam escrever apenas para acertar, sem nenhuma intenção de refletir sobre a escrita.

Galvão e Leal (2005, p. 13) salientam que diferentes pesquisas têm demonstrado que é possível alfabetizar com uma diversidade de textos de uso social. É importante incentivar os alunos a produção e interpretação de textos. O educador pode estimular os estudantes a compreender o uso desses textos e todos os alunos podem ditar textos, corrigir, refazer seus textos e o de seus colegas.

É fundamental que o educador desenvolva um ensino no ciclo de alfabetização que crie possibilidades de construção de conhecimento. Desse modo, é de suma importância pensar em atividades que objetivem que a criança interaja com a escrita, compreenda a sua função e se aproprie dela. Rego (2006, p. 7) esclarece o que se objetiva nas classes de alfabetização:

Portanto, temos defendido uma proposta pedagógica que dê suporte ao pleno desenvolvimento desses dois aspectos envolvidos na aprendizagem da leitura e da escrita desde o início da escolaridade, distribuindo o tempo pedagógico de forma equilibrada e individualizada entre atividades que estimulem esses dois componentes: a língua através de seus usos sociais e o sistema de escrita através de atividades que estimulem a consciência fonológica e evidencie de forma mais direta para a criança as relações existentes entre as unidades sonoras da palavra e sua forma gráfica.

Na concepção atual de alfabetização é defendido que a apropriação do Sistema de Escrita Alfabética precisa estar vinculada às práticas reais de leitura e produção de texto, a fim de que o sujeito possa vivenciar uma aprendizagem significativa não só da notação alfabética, mas também da linguagem que usa ao ler e escrever. Ou seja, ganha espaço os estudos voltados para o letramento.

Apesar da tentativa de esclarecer, academicamente, a relação entre letramento e alfabetização, segundo Soares (2003), há uma inadequada e inconveniente compreensão que tem conduzido a certo apagamento do trabalho na escola em torno da apropriação do sistema de escrita alfabético, fenômeno denominado pela autora como “desinvenção” da alfabetização.

O que lamentavelmente parece estar ocorrendo, mormente aqui no Brasil, é a percepção de que as crianças estão sendo, de certa forma, letradas na escola, mas não alfabetizadas. Por

essa razão, muitos estão defendendo a necessidade de uma reinvenção da alfabetização (SOARES, 2003). O problema é que alguns estudiosos da área estão atribuindo “a culpa” desse fenômeno educativo às teorias construtivistas e aos estudos do letramento.

Soares (2003) pondera que os caminhos que estão sendo atualmente trilhados rumo a essa reinvenção da alfabetização podem, na verdade, ser entendidos como um retrocesso a paradigmas anteriores, com perda de avanços e conquistas feitos nas últimas décadas. O que assistimos agora é um grande movimento de repúdio à perspectiva do letramento e uma preconização da volta de métodos sintéticos e analíticos como garantia do sucesso da alfabetização.

É relevante compreendermos os estudos do letramento e as contribuições dele para o processo de alfabetização. O objetivo geral do presente trabalho é discutir sobre o letramento e sua importância na prática pedagógica dos professores alfabetizadores. Para tanto, os objetivos específicos são: a) discutir sobre o letramento e os processos de ensino-aprendizagem; b) discorrer sobre os métodos tradicionais e a concepção atual de alfabetização; c) analisar a importância da utilização das novas concepções sobre como alfabetizar para promover a aquisição do Sistema de Escrita Alfabética. Os resultados apontam que é essencial promover práticas de alfabetização aliadas ao letramento para proporcionar a inserção dos educandos na cultura da escrita.

METODOLOGIA

Utilizamos a revisão de literatura que, conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 158) é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes, relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.

LETRAMENTO E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA

Historicamente, até os anos 80 a alfabetização escolar no Brasil foi marcada pela alternância entre métodos sintéticos e analíticos. Nos anos 80, a perspectiva psicogenética foi divulgada entre nós e trouxe uma mudança de pressupostos e objetivos na área de alfabetização,

alterando fundamentalmente a concepção do processo de aprendizagem e apagando a distinção entre aprendizagem do sistema de escrita e práticas efetivas de leitura e de escrita. A partir dessas mudanças de concepções, foi possível conhecer o papel fundamental de uma interação intensa das crianças com práticas e materiais reais de leitura e escrita, para que ocorra o processo de aprendizado da leitura e escrita (SOARES, 2004).

No entanto, como indica Ferreiro (2005 apud GALVÃO; LEAL, 2005, p. 12), “os dados da pesquisa psicogenética não resolvem os problemas do ensino, mas colocam novos desafios relativos aos problemas clássicos da didática: o que ensinar, como ensinar, quando ensinar, o que, como, quando e por que avaliar”.

Com o surgimento do paradigma cognitivista, na versão da epistemologia genética de Piaget, que se difundiu no Brasil com a denominação de construtivismo, divulgado sobretudo pela obra de Emília Ferreiro, houve uma ruptura na questão dos métodos tradicionais. Essa nova concepção, opôs-se aos métodos sintéticos e analíticos, em ambos, o ensino prevalece sobre a aprendizagem e a alfabetização é reduzida a uma escolha de método. Ambos consideram a criança como um aprendiz passivo (SOARES, 2018).

O paradigma construtivista afirma

a prevalência da aprendizagem sobre o ensino, deslocando o foco do professor para o aprendiz; esclarece que o processo de aprendizagem da língua escrita pela criança se dá por uma construção progressiva do princípio alfabético, do conceito de língua escrita como um sistema de representação dos sons da fala por sinais gráficos; propõe que se proporcione à criança oportunidades para que construa esse princípio e esse conceito por meio de interação com materiais reais de leitura e de escrita – textos de diferentes gêneros e em diferentes portadores: textos “para ler”, e não textos artificialmente elaborados “para aprender a ler”, apagando-se, assim, a distinção, que métodos sintéticos e analíticos assumem, entre aprendizagem do sistema de escrita e práticas de leitura e de escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986; FERREIRO, 1985 apud SOARES, 2018, p. 21).

“Assim, no construtivismo, o foco é transferido de uma ação docente determinada por um método preconcebido para uma prática pedagógica de estímulo, acompanhamento e orientação da aprendizagem, respeitando as peculiaridades do processo de cada criança” (SOARES, 2018, p. 22). Nessa perspectiva, se torna inadmissível, segundo a autora, a escolha de um único método.

Soares (2018), ao refletir sobre a questão dos métodos, discorre que não se trata de qual método ou quais métodos são mais adequados para alfabetizar, mas sim, sobre instruir a “criança por meio de procedimentos que, fundamentados em teorias e princípios, estimulem e

orientem as operações cognitivas e linguísticas que progressivamente a conduzem a uma aprendizagem bem-sucedida da leitura e da escrita em uma ortografia alfabética” (p. 331).

Segundo Magda Soares (2004), a alfabetização passou por uma trajetória de mudanças conceituais e, conseqüentemente, metodológicas. Há pouco mais de duas décadas, surgiu o conceito do letramento na linguagem da educação e ciências linguísticas. Tal conceito surgiu em decorrência da “necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização” (p. 96).

A autora destaca que,

nos anos 1980, os limites do ensino e aprendizagem da língua escrita se ampliam: em decorrência do desenvolvimento social, cultural, econômico, político em nosso país, durante o século XX, ganham cada vez maior visibilidade as muitas e variadas demandas de leitura e de escrita nas práticas sociais e profissionais, gerando a necessidade de mais avançadas e diferenciadas habilidades de leitura e de escrita (SOARES, 1986), o que exigiu, conseqüentemente, reformulação de objetivos e introdução de novas práticas no ensino da língua escrita na escola, de que é exemplo a grande ênfase que se passa a atribuir ao desenvolvimento de habilidades de leitura e de escrita de uma gama ampla e variada de gêneros textuais. Surge então o termo **letramento**, que se associa ao termo **alfabetização** para designar uma **aprendizagem inicial da língua escrita** entendida não apenas como a aprendizagem da tecnologia da escrita – do sistema alfabético e suas convenções –, mas também como, de forma abrangente, a introdução da criança às práticas sociais da língua escrita (SOARES, 2018, p. 26-27, *grifo do autor*).

A alfabetização aliada ao letramento oportuniza que o sujeito seja capaz de interpretar o que está escrito, compreender e questionar. Alfabetização e letramento são processos diferentes que se complementam e são indispensáveis para a aprendizagem da leitura e escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão de literatura aponta que é essencial promover práticas de alfabetização aliadas ao letramento para proporcionar a inserção dos educandos na cultura da escrita. Segundo Mortatti (2004, p. 98), o processo de letramento está relacionado com a língua escrita e seu lugar, suas funções e seus usos nas sociedades letradas, sociedades organizadas em torno de um sistema de escrita, em que esta assume importância central na vida das pessoas e em suas relações com os outros e com o mundo em que vivem.

“Devido ao fato de o conceito de letramento ter sua origem em uma ampliação do conceito de alfabetização, esses dois processos têm sido frequentemente fundidos e até mesmo confundidos” (SOARES, 2004, p. 97).

Para a referida autora, é necessário reconhecer que

a alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos. Tal fato explica por que é conveniente a distinção entre os dois processos. Por outro lado, também é necessário reconhecer que, embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (SOARES, 2004, p. 97).

Como abordam Galvão e Leal (2005), a alfabetização é um processo de construção de hipóteses sobre o funcionamento do sistema alfabético de escrita. Para que ocorra o aprendizado da leitura e escrita, é fundamental que os educandos participem de situações que os façam refletir sobre a língua, que oportunizem que eles transformem informações em conhecimento. É necessário, segundo Leal (2005), que os educadores reflitam sobre que atividades podem favorecer o aprendizado, e façam uma mediação das relações entre os aprendizes e o objeto de aprendizagem – o sistema alfabético.

É fundamental que o educador coloque a criança diante de situações reais em que a língua escrita é usada. Além de desenvolver um trabalho para que a criança entenda as diferentes finalidades da língua, compreenda os diferentes gêneros e seus portadores. É necessário um ensino e atividades que favoreçam que a criança tenha o domínio da língua escrita em diferentes situações.

Destacamos a importância de que as atividades de leitura e escrita na alfabetização considerem as especificidades do processo de alfabetização e letramento. Visando formar leitores e motivar os aprendizes a aprender como se escreve, é necessário garantir “tempo pedagógico para leitura de textos literários (leitura de prazer), leitura de diversos gêneros textuais em jornais, revistas, entre outros portadores, e participação em situações em que elas irão interagir com outras pessoas através da escrita” (SILVA, 2005, p. 145).

Embora a questão da necessidade ou não do uso do termo “letramento” seja polêmica, o que precisamos, de fato, compreender é que a alfabetização apresenta duas dimensões que

precisam ser trabalhadas na escola: 1) a da apropriação de um sistema de escrita; 2) e a do letramento. E nesse ponto, a maioria dos especialistas da área converge.

Apesar da tentativa de esclarecer, academicamente, a relação entre letramento e alfabetização, segundo Soares (2003), há uma inadequada e inconveniente compreensão que tem conduzido a certo apagamento do trabalho na escola em torno da apropriação do sistema de escrita alfabética, fenômeno denominado pela autora como desinvenção da alfabetização.

O neologismo “desinvenção” pretende nomear

a progressiva perda de especificidade do processo de alfabetização que parece vir ocorrendo na escola brasileira ao longo das duas últimas décadas. Certamente essa perda de especificidade da alfabetização é fator explicativo – evidentemente, não o único, mas talvez um dos mais relevantes – do atual fracasso na aprendizagem e, portanto, também no ensino da língua escrita nas escolas brasileiras, fracasso hoje tão reiterado e amplamente denunciado (SOARES, 2003, p. 9).

Uma das prováveis causas dessa perda de especificidade é o falso pressuposto de que apenas através do contato intenso com o material escrito que circula nas práticas sociais, ou seja, do convívio com a cultura escrita, a criança se alfabetizaria. Uma das dimensões da alfabetização, a da apropriação do sistema convencional de escrita alfabética e ortográfica, foi, de certa forma, obscurecida pela dimensão do letramento, porque este acabou por frequentemente prevalecer sobre aquela.

Concebemos assim como Soares (2003) e Morais (2012) que:

Quando pensamos na conjugação de práticas do âmbito do letramento com aquelas do âmbito do ensino da escrita alfabética, devemos estar alertas para não negligenciarmos o cuidado com essas últimas. Como já dito, interpretamos como Soares (2003), que um dos grandes problemas no processo brasileiro de “desinvenção” da alfabetização, [...] foi acreditar que o investimento exclusivamente em ler e produzir textos nas salas de aula de alfabetização, sem um ensino do SEA, faria os alunos se alfabetizarem, espontânea ou naturalmente. Ante esse tipo de deformação, temos insistido que o processo de letramento não se inicia na escola nem no primeiro ano do ensino fundamental, e que ele durará toda a vida. [...] Já o aprendizado da escrita alfabética, não. Este precisa ser concluído, com qualidade, no final do ciclo inicial de alfabetização, isto é, no máximo, ao final do terceiro ano do ensino fundamental. E merece, para isso, uma atenção que alguns vinham negligenciando (MORAIS, 2012, p. 120).

É preciso, no entanto, deixar claro que defender a especificidade do processo de alfabetização não significa dissociá-lo do processo de letramento, pois como estamos defendendo aqui, o ideal seria contemplar as duas dimensões que sinalizamos antes, isto é, a da apropriação de um sistema de escrita e a do letramento.

Soares (2003) pontua que a reinvenção da alfabetização está baseada na necessidade de que a dimensão da apropriação do sistema de escrita alfabética recupere a importância fundamental que tem na aprendizagem da língua escrita; sobretudo, que ela seja objeto de ensino direto, explícito e sistemático. Porém, a questão tem se colocado, particularmente nos Estados Unidos, e começa a se colocar assim também entre nós, em termos de antagonismo de concepções, uma oposição de grupos a favor e grupos contra o movimento que tem sido denominado a “volta ao fônico”. É essa tendência a radicalismos que torna perigosa a tão necessária reinvenção da alfabetização.

Assim como Soares (2003), acreditamos que a reinvenção da alfabetização é algo indispensável e urgente, mas, não em uma perspectiva de oposição de dimensões, no qual deva sair de cena o letramento para dar espaço ao trabalho de apropriação do sistema.

Concordamos com a visão da autora de que é um equívoco dissociar alfabetização e letramento, pois a entrada da criança no mundo da escrita ocorre simultaneamente pelos processos de aquisição do sistema convencional de escrita e desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita. Consideramos assim que alfabetização e letramento

não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema–grafema, isto é, em dependência da alfabetização. A concepção “tradicional” de alfabetização, traduzida nos métodos analíticos ou sintéticos, tornava os dois processos independentes, a alfabetização – a aquisição do sistema convencional de escrita, o aprender a ler como decodificação e a escrever como codificação – precedendo o letramento – o desenvolvimento de habilidades textuais de leitura e de escrita, o convívio com tipos e gêneros variados de textos e de portadores de textos, a compreensão das funções da escrita. **Na concepção atual, a alfabetização não precede o letramento, os dois processos são simultâneos** (SOARES, 2003, p. 15, *grifo nosso*).

Em síntese, a autora argumenta que o que se propõe nesta reinvenção da alfabetização é a necessidade da especificidade da alfabetização; a importância de que a alfabetização se desenvolva num contexto de letramento; o reconhecimento de que tanto a alfabetização quanto o letramento têm diferentes dimensões ou facetas, demandando assim uma metodologia diferente para cada uma delas; e, a necessidade de reformulação na formação dos professores, de modo a capacitá-los para enfrentar o grave fracasso escolar que tem marcado a aprendizagem inicial da língua escrita nas escolas brasileiras.

Acreditamos, assim com Galvão e Leal (2005) que

o professor necessita trilhar um caminho em que ele seja capaz de compreender que a maioria das situações de produção do discurso oral e escrito é nova e estranha aos alunos na fase inicial da alfabetização e exige novas construções e organização do professor e da professora em sala de aula. Exigem, portanto, o domínio de práticas e métodos pedagogicamente ajustados aos contextos em que, para que e por que se aplicam. Exige ainda a capacidade de organizar sequências didáticas específicas à apropriação do sistema de escrita alfabética, buscando, sempre que possível, incluir as práticas e usos sociais da nossa língua. Nunca é demais lembrar que a apropriação do sistema de escrita alfabética comporta especificidades que demandam um professor com capacidade de entender que a aprendizagem da leitura e da escrita se faz, por exemplo, se o aluno reconhecer as relações entre fonemas e grafemas (p. 26).

Para que os professores deem conta da complexa tarefa de alfabetizar na perspectiva do letramento, é necessário ações bem planejadas, que conciliem a aprendizagem do SEA com o desenvolvimento de estratégias de compreensão e produção de textos orais e escritos (LEAL, 2004). É fundamental que no ensino da alfabetização os diferentes eixos de ensino da língua (oralidade, leitura, produção de textos e análise linguística) sejam contemplados. É necessário planejar estratégias e atividades que promovam a aquisição da escrita alfabética juntamente com a compreensão dela no uso social.

Em vista de tudo isso, é necessário ter metodologias para ensinar a escrita alfabética, sem que elas sejam confundidas com os métodos tradicionais de alfabetização. Tais métodos são questionados pela linguística e pela psicologia, são criticados por limitar o aprendizado dos estudantes, além de impedir a autonomia do professor. A melhor forma de alfabetizar é uma questão que não tem consenso entre os estudiosos da área, mas entendemos que, no que diz respeito à alfabetização e todas as outras áreas do currículo escolar – o que um professor ou professores vão considerar como melhor opção didática depende da perspectiva teórica com a qual se filiam, com questões ideológicas, filosóficas, e juízos de valor que adotam no cotidiano (MORAIS, 2012, p. 113).

Entendemos que:

Ensinar de forma cuidadosa e explícita o sistema de escrita alfabética (SEA) se coloca, hoje, como uma medida urgente para reinventarmos as metodologias de alfabetização que usamos em nosso país. Tal medida parece ter um papel essencial na redução dos índices de fracasso que, infelizmente, contribuem de forma decisiva para a manutenção das desigualdades sociais neste Brasil.

Ensinar o sistema alfabético numa perspectiva construtivista implica tratá-lo como um objeto de conhecimento em si, com propriedades e convenções que o aluno precisa ser ajudado a internalizar. Essa concepção é perfeitamente compatível com a ideia de alfabetizar letrando, exatamente porque vemos os gêneros textuais escritos – com seus usos, funções e propriedades – como o segundo objeto ou domínio de conhecimento de que os alfabetizados precisam se apropriar, para usufruírem de seus conhecimentos sobre o SEA.

Ensinar o sistema alfabético e os gêneros textuais escritos numa perspectiva construtivista é uma busca permanente. Estaremos sempre, de algum modo, reinventando a alfabetização. Nunca teremos “uma” proposta construtivista única, perfeita e salvadora. As variadas metodologias de alfabetização que podemos construir, desde um enfoque construtivista, são necessárias para contemplar as diferenças que marcam nossos modos de conceber o SEA e seu aprendizado e de adotar valores ou princípios filosóficos e ideológicos, na hora de educar [..]. (MORAIS, 2012, p. 181).

“Interpretamos, portanto, que a adoção de um enfoque construtivista tem a ver com a crença de que essa perspectiva é a que, hoje, melhor explica, de forma geral, o que é a escrita alfabética e como os indivíduos dela se apropriam [...]” (MORAIS, 2012, p. 114).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças no ensino de Língua Portuguesa foram impulsionadas pelo progresso científico-acadêmico na área de alfabetização; mudanças nas práticas sociais; no desenvolvimento tecnológico; e mudanças pedagógicas. Diversos estudos contribuíram para a atual concepção de alfabetização no Brasil e trouxeram melhor compreensão para o redimensionamento dos processos de ensino-aprendizagem na referida área.

A partir da bibliografia estudada foi possível perceber que o ensino na perspectiva do alfabetizar letrando facilita a apropriação do SEA. Alfabetização e letramento são processos diferentes que se complementam e são indispensáveis para a aprendizagem da leitura e escrita. Muitos estudantes possuem dificuldades na aquisição do Sistema de Escrita Alfabética. E algumas vezes, os professores possuem dificuldades para mobilizar os novos conhecimentos advindos das discussões atuais da área de alfabetização. Faz-se necessário a continuidade dos estudos sobre essa temática visando estratégias que podem ser utilizadas em sala na perspectiva do alfabetizar letrando. Ademais, é fundamental a relação teoria e prática no ensino para eficácia dos conceitos supracitados.

REFERÊNCIAS

COLELLO, S. M. G. **Alfabetização em questão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 (2a. edição revista e ampliada).

COUTINHO, M. L. Psicogênese da língua escrita. O que é? Como intervir em cada uma das hipóteses? Uma conversa entre professores. *In*: MORAIS, A.; ALBUQUERQUE, E.; LEAL, T. F. (orgs.). **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 47-68.

FERREIRO, E. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1997.

GALVÃO, A.; LEAL, T. F. Há lugar ainda para métodos de alfabetização? Conversa com professores(as). *In*: MORAIS, A.; ALBUQUERQUE, E.; LEAL, T. F. (orgs.). **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 11-28.

LEAL, T. F. A aprendizagem dos princípios básicos do sistema alfabético: por que é importante sistematizar o ensino? *In*: ALBUQUERQUE, E. B. C.; LEAL, T. F. (org.). **Alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva do letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 77-116.

LEAL, T. F. Fazendo acontecer: o ensino da escrita alfabética na escola. *In*: MORAIS, A.; ALBUQUERQUE, E.; LEAL, T. F. (orgs.). **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 89-110.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAIS, A. G. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

MORTATTI, M. do R. L. **Educação e letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

REGO, L. L. B. **Alfabetização e letramento: refletindo sobre as atuais controvérsias**. Conferência apresentada no Seminário Alfabetização e letramento em debate. Ministério da Educação, Brasília, 2006. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me03176a.pdf>. Acesso em: 10 de set de 2018.

SILVA, R. P. Leitura e escrita na alfabetização. *In*: MORAIS, A.; ALBUQUERQUE, E.; LEAL, T. F. **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabético**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 134-146.

SOARES, M. **Alfabetização: a questão dos métodos**. 1. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

SOARES, M. **Letramento: tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *In*: 26ª Reunião Nacional da ANPEd, 2003, Caxambu. **Anais da 26ª Reunião Nacional da ANPED**, Caxambu: 2003b, p. 1 – 18.